

Câmara anistia Lucena e aprova novo mínimo

■ Salário será de R\$ 100 e, para assumir o novo mandato, senador terá de pagar R\$ 15 mil pela impressão ilegal dos calendários

BRASÍLIA — A Câmara dos Deputados anistiu ontem, por 253 votos a favor, 110 contra e 8 abstenções, o presidente do Congresso Nacional, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), e mais 17 deputados, senadores e governadores que utilizaram da gráfica do Senado para imprimir material de campanha. Logo após a aprovação da anistia, a Câmara aprovou, por voto de liderança, o aumento do salário mínimo de R\$ 70 para R\$ 100.

Pelo projeto de anistia aprovado, Lucena terá de reembolsar a gráfica pela impressão ilegal de 130 mil calendários com sua foto. O problema é que o senador diz que não tem os R\$ 15 mil reais exigidos. Uma vaquinha será feita entre os amigos, e começou a ser arrecadada ainda no plenário.

O presidente da Câmara, Inocêncio de Oliveira (PFL-PE) tentou complicar o processo, exigindo três votações. Uma para obter a preferência para o projeto; depois que fosse analisado em regime de urgência; e por último a própria anistia.

Etapas — Logo na primeira, Lucena conseguiu 228 votos, contra 106, e 14 abstenções. Mais difícil era conseguir a urgência, pois era necessário maioria absoluta. Lucena conseguiu 39 votos a mais que o necessário: 291 a favor contra 88 e 12 abstenções.

Em seguida, na votação final,

era exigida apenas a maioria simples e mesmo assim Lucena conseguiu 253 votos contra 110 e 8 abstenções. O resultado significa que mesmo se Lucena precisasse de quorum qualificado teria obtido um voto a mais.

Quando foi proclamado o resultado, o senador Alexandre Costa (PFL-PE), também acusado, gritou: "Viva, ganhamos a batalha!" O irmão de Lucena, Luciano, sentado na tribuna de honra, chorou de emoção. Lucena, em casa com a família, comemorou: "A Câmara me fez justiça", disse, pelo telefone, com a voz embargada. Uma romaria foi até a residência do senador: o governador da Paraíba, Ronaldo Cunha Lima (PMDB), deputados estaduais e senadores.

PMDB, PFL, PTB, PP e PPR votaram a favor em todas as votações. PDT, PT, PPS, PC do B, PSB, PRN e PSTU declararam-se em obstrução. O PSD e o PL liberaram suas bancadas. O PSDB não ocupou o microfone para indicar sua posição, irritando o PMDB. O líder do partido, Artur da Távola, informou que

do plenário, mas teve de voltar, porque o PMDB ameaçou não aprovar o mínimo de R\$ 100,00.

O PMDB ameaçou também não dar quorum à votação da medida provisória que aumentaria os tributos das empresas, caso a anistia não fosse aprovada. O partido teria ainda condicionado a anistia ao apoio à candidatura do deputado Luís Eduardo à presidência da Câmara. "Se a anistia fosse rejeitada não teríamos sequer esforço concentrado", admitiu o líder do PMDB, deputado Tarcísio Delgado (MG).

Prejuízo — Pelo substitutivo que alterou o projeto aprovado pelo Senado, os processos serão arquivados, restabelecendo-se os todos os direitos ao mandato. O projeto deixa claro que só poderão ser anistiados aqueles que resarcirem a gráfica do prejuízo, conforme a tabela aprovada pela Mesa do Senado. Não será permitido fazer uso das cotas destinadas a eles, nem de qualquer tipo de desconto.

Para que Lucena possa tomar posse no dia 1º de fevereiro, o Senado terá de aprovar o projeto em nova votação. O deputado José Sarney Filho (PFL-MA), irmão da governadora do Maranhão, Rosena Sarney, uma das beneficiadas por tabela, estava entre os que assumiram o comando da mobilização pela anistia.



Brasília — Josemar Gonçalves

Lucena diz que não tem os R\$ 15 mil que deverá devolver à Gráfica

NO PLENÁRIO, CADA UM POR SI

O descompasso entre o fim de uma legislatura do Congresso e o começo de um novo governo, agravado pela inexistência de uma articulação política do Executivo, provocaram o primeiro grande desentendimento na base parlamentar governista. Os congressistas do PSDB, PFL, PMDB, PTB e PP, bateram cabeça durante quase todo o segundo dia do esforço concentrado.

■ O governo se viu pressionado pelo PMDB, que condicionava a votação da MP 812, que aumenta os impostos das empresas, à aprovação da anistia do senador Humberto Lucena.

■ "O partido vai pedir a preferência para a anistia. Se não passar este requerimento, não passa mais nada", prometia o presidente do PMDB, deputado Luiz Henrique.

■ A bancada do PP decidiu votar contra a MP, caso o governo não definisse claramente o espaço do partido no governo.

■ As bancadas do PFL e do PSDB reclamavam da falta de orientação do governo.

■ Sob pressão, o governo convocou ao Planalto o presidente do PP, Álvaro Dias, e o líder da bancada, Raul Belém.

■ "A bancada cansou de esperar. O PMDB, o PTB e o PFL têm ministros e estão brigando pelo segundo escalão. Para nós, nada", protestava o deputado Luiz Carlos Hauly, do PP do Paraná.

■ "É uma sessão muito confusa. Estão misturando MP dos impostos com salário mínimo e a anistia", queixava-se o deputado José Abraão (PSDB-SP).

■ Insatisfeitos com o que consideravam isolamento imposto pela cúpula do partido, deputados do PFL ameaçavam rejeitar a MP 812 para forçar o governo a abrir um canal de negociação.

■ "Nós de São Paulo já temos a

fórmula: rejeitar a MP e aprovar o mínimo. O Congresso não vai ficar aceitando as coisas goela abaixão", queixava-se o deputado pefelesta Maluly Neto.

■ Em conversas reservadas, o deputado Humberto Souto (PFL-MG) denunciava a confusão: "Ninguém pediu nada ou, pelo menos, informou aos deputados sobre o que o governo queria. Por que temos que votar a favor?"

■ O relator da MP tributária, deputado Mussa Demes (PFL-PI), desabafava na cantina do cafeeirão: "Só fui procurado pelo governo ontem (terça) à tarde, quando a confusão já estava formada."

■ "Por que os deputados vão se sentir obrigados a aprovar a MP que aumenta impostos se ninguém do governo pediu pela aprovação?", perguntava o deputado Valdemar Costa Neto (PL-SP).